

Questão ética

CORREIO BRAZILIENSE

10 JUN 1960

O debate em torno das emendas anistando os microempresários e agricultores está centralizado nos recursos necessários quando a questão deve ser enfocada no seu aspecto ético. De um lado, o ministro Mailson da Nóbrega, empenhado em dar maior austeridade aos gastos públicos, alega que o Governo terá um prejuízo de US\$ 10 bilhões, enquanto, do outro, garantem que serão suficientes no máximo Cz\$ 200 bilhões para salvar microempresários e agricultores.

A quantia necessária não é o mais importante quando se trata de uma questão pública. O fundamental é saber se a anistia está ou não correta. Ela será justa na medida em que tiver havido, como é inegável, uma ação desonesta do Estado, que manteve, artificialmente, a inflação abaixo dos níveis reais e anunciou êxitos mirabolantes e falsos. As vítimas do Plano Cruzado foram os que acreditaram nas declarações oficiais. Foram vítimas porque o exausto Estado brasileiro não era e nem é confiável.

Corre, porém, que todos os empréstimos resultaram de um contrato bilateral, que tem de ser cumprido e respeitado sob pena de anarquizar a ordem jurídica.

Podem suas cláusulas ser injustas, escorchantes, no entanto ninguém que as aceitou livremente tem o direito de não cumpri-las. Há, em alguns casos, exigências posteriores de bancos que modificaram a essência do contrato firmado, porém essa é uma

questão a ser dirimida pela Justiça, que deve se pronunciar a respeito com a maior rapidez.

A anistia aos microempresários e agricultores prejudicados com o Plano Cruzado, já beneficiados com algumas medidas, é uma injustiça para com os que se sacrificaram para saldar suas dívidas, enfrentando as mesmas dificuldades. É uma injustiça, também, com todos os contribuintes que cumprem suas obrigações. Milhões e milhões de mutuários teriam de receber benefícios idênticos, como milhões e milhões de contribuintes atingidos pelo excessivo Imposto de Renda, concentrado nos assalariados, e pelo iniquo trileão.

O ministro Mailson da Nóbrega fez uma pergunta que precisa ser considerada. "Quem pagará a conta?" É evidente que o prejuízo — US\$ 10 bilhões — será transferido para o contribuinte, recaindo, principalmente, sobre a classe assalariada. A concessão de anistia fiscal é um vício antigo nosso, que tem de acabar. O erário é de todos e ninguém pode usá-lo sem ser no interesse público.

A concessão da anistia, pela qual se inclina a Constituinte, será um erro pelo qual responderá toda a Nação — uns mais, outros menos. Não será justo que sejam responsabilizados os que não pediram empréstimos ou já pagaram suas dívidas. Essa não é, pois, apenas uma questão financeira. É também ética.